

## AVALIAÇÃO PÓS-OCUPAÇÃO (APO) DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO: UM ESTUDO DE CASO DA PRAÇA CENTRAL DA AVENIDA GETÚLIO VARGAS EM CAROLINA-MA

POST-OCCUPANCY EVALUATION (POE) OF CULTURE HERITAGE: A STUDY CASE OF CENTRAL PLAZA OF AVENIDA GETÚLIO VARGAS IN CAROLINA/MA

Victoria Rodrigues Andrade<sup>1</sup>

Gabriel Moraes da Silva<sup>2</sup>

Marinna Rafaella de Carvalho Sousa Bezerra<sup>3</sup>

**RESUMO:** O presente artigo discorre sobre aplicação de uma avaliação pós ocupação (APO) na Praça Central em Carolina/MA. Esta praça, sendo um patrimônio histórico e cultural, sofreu intervenção por meio de uma obra no ano de 2022 e, deste modo, percebeu-se a necessidade de avaliar tal desempenho pós reforma. Foram realizados levantamentos e pesquisas de dados referente a praça e o seu processo de ocupação, bibliografado desde a década de 60, assim como a caracterização do seu entorno e os seus usuários. A metodologia utilizada para o desenvolvimento deste artigo partiu inicialmente pelo tema patrimônio cultural, praças ajardinadas, praças urbanas e avaliação pós-ocupação, em seguida foram aplicados métodos qualitativos por meio da APO e levantamentos de dados “in loco” para reconhecimento do ambiente de estudo. As análises de campo, mapeamentos, questionário de avaliação do ponto de vista dos usuários a respeito da praça possibilitaram uma reflexão acerca do desempenho de obras realizadas em espaços público que fazem parte de um patrimônio histórico gerando resultados para possíveis reformas e projetos futuros.

931

**Palavras-chave:** Avaliação pós-ocupação. Patrimônio Cultural. Praça Central. Carolina/MA.

**ABSTRACT:** This article discusses the application of a post-occupancy evaluation (POE) in the central plaza in Carolina, MA. As a historical and cultural heritage site, this square underwent an intervention through a construction project in 2022, which prompted the need to evaluate its performance after the renovation. Data collection and research were conducted regarding the square, its occupancy process, and its users, including bibliographical references dating back to the 1960s, as well as the characterization of its surroundings. The methodology used for this article began with the topic of cultural heritage, landscaped squares, urban squares, and post-occupancy evaluation, followed by qualitative methods such as POE and on-site data collection for recognition of the study environment. Field analyses, mappings, and a user evaluation questionnaire regarding the square provided a reflection on the performance of public space construction projects that are part of a historical heritage, generating results for possible future reforms and projects.

**Keywords:** Post-Occupation Evaluation. Culture Heritage. Praça Central. Carolina/MA.

<sup>1</sup>Pós-Graduada em Direito Imobiliário pela Faculdade Legale. Bacharel em Engenharia Civil pela Universidade Ceuma – Campus Imperatriz-MA.

<sup>2</sup>Mestrando em Arquitetura Paisagística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro/UFRJ, Docente na Universidade Ceuma –Campus Imperatriz/MA.

<sup>3</sup>Mestra em Geografia e Arquiteta Urbanista pela Universidade Federal do Tocantins/UFT, Docente na Universidade Ceuma – Campus Imperatriz/MA.

## 1. INTRODUÇÃO

A pesquisa decorrida neste artigo trata-se da reforma de um espaço público em Carolina/MA, com o objetivo do reconhecimento da reforma que ocorreu na Praça Central, ambiente este que é parte do patrimônio histórico da cidade e passou por uma modernização para que trouxesse de volta sua função de integração com a comunidade.

O presente estudo traz como aspecto principal, a avaliação de uso de um espaço público. Com este, coube referenciar autores que tratam de assuntos como patrimônio histórico e cultural, praças coloniais e ajardinadas. Os resultados gerados são fundamentais para o entendimento dos atuais problemas que abrangem proteção do patrimônio histórico.

É histórico que um dos papéis fundamentais de praças têm relações diretas com o envolvimento da sociedade, tendo em mente que esses ambientes deram abertura para interação da comunidade.

O objetivo desta pesquisa é contextualizar as informações adquiridas a partir das visitas em campo, além de gerar dados pertinentes produzidos pela avaliação pós-ocupação da Praça Central (Canteiro Central).

Muitas referências sobre patrimônio histórico e cultural foram necessárias para realizar este estudo sobre a Praça Central, para compreender melhor o ambiente de estudo e como suas características foram alteradas deixando esse ambiente desconexo do seu entorno.

Ao ser levantada a ênfase de que mesmo com anos de avanço em planejamento urbano e pesquisas sobre patrimônio histórico, ainda seguimos com a mesma falta de interesse pelo mobiliário urbano histórico, conforme destacado por Lemos (2000), podemos perceber que tal ação ocorre em decorrência da necessidade de se libertar da prova de opressão que tal época ou monumento possa trazer para o ambiente.

### 1.1 Definição de Praças Coloniais

Para Murillo Max, as cidades coloniais brasileiras sempre cresceram as suas civilizações ao redor de áreas de sesmarias para determinado santo, tendo consequência a construção de capelas ou instituição de paróquia ao seu favor. (Robba, 2010)

Estas cidades eram criadas com a formação de vilas, casarões de freguesia ao redor da capela. Adro, espaços livres deixado à frente dos templos, deram abertura para a interação com a comunidade. (MARX, 1980, p. 50)

A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem-número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. Destacava, aqui ou ali,

na paisagem urbana estes estabelecimentos de prestígios sociais. Realçava-lhes os edifícios, acolhia os seus frequentadores (MARX, 1980, p. 50)

É possível mencionar, exemplos fiéis desta característica de praças coloniais, como: a Praça da República, no Recife; a Praça Marechal Deodoro, em Porto Alegre; e o Pátio do Colégio, em São Paulo. Estas praças coloniais tinham como característica comum a interação de todas as partes da sociedade.



**Figura 1:** Espelho d'água na Praça da República

**Fonte:** Marlon Costa/Pernambuco Press (2022)

Nesse sentido, é importante validar, segundo Robba e Macedo (2010) que praças coloniais são espaços interação de diferentes elementos da sociedade, pois eram nestes espaços que a sociedade colonial tinha a liberdade de manifestar sua fé, seu poder ou sua pobreza.

## 1.2 Definição de Praças Ajardinadas

Desde a antiguidade, representando metaforicamente o Éden, jardins eram espaços destinados a meditação e contemplação da natureza. Mesmo essa natureza sendo criada por mãos humanas (ROBBA e MACEDO, 2010).

Até final do século XVIII, os jardins ocidentais tinham o intuito de ser um local de paz e tranquilidade, mesmo estes locais sendo fechados dentro de conventos, mosteiros e palácios. Os primeiros espaços ajardinados de uso público, surgiram apenas entre o final do século XVIII e começo do século XIX (ROBBA e MACEDO, 2010).

É evidente que os jardins nas cidades coloniais eram restritos às propriedades religiosas e quintais residenciais. Segundo Fabio Robba, estes jardins eram usados para plantio de árvores frutíferas, hortaliças e plantas medicinais. E alguns outros tinha função

de jardins botânicos e hortos a fim de exercer a função de pesquisa e investigação da flora, para fins científicos se comerciais.

Cumprir destacar que o primeiro jardim público, foi construído no Brasil apenas no final dos setecentos, chamado de Passeio Público do Rio de Janeiro (ROBBA e MACEDO, 2010).

### 1.3 Definição de Patrimônio Cultural e Cartas Patrimoniais

A cerca dos patrimônios culturais, Hugues de Varine-Boham (1975), professor francês e já assessor internacional da UNESCO, sugere que estes sejam divididos em três categorias.

Primeiro, os elementos que pertencem à natureza, meio ambiente, sendo esses, recursos naturais, rios, as espécies que habitam nesse ambiente.

Segunda categoria, o conhecimento, técnicas, saber e o saber fazer. Este grupo são os elementos não palpáveis do Patrimônio Cultural. É exemplo as técnicas usadas por povos nativos para caça.

O terceiro grupo, tendo maior importância, une os intitulados bens culturais que incluem todos os objetos, artefatos, construções, obras de arte, pinturas que envolvem as duas primeiras categorias: ambiente e técnicas.

Os interesses pelos Patrimônios Culturais só começaram a surgir na França, na segunda metade do século XIX. Após isso, as manifestações eram isoladas, feitas por estudiosos e colecionadores, com seus envolvimento e interesses gerados pela sociedade e o próprio governo, provocando oficialmente, a preservação dos chamados Patrimônios Históricos e Artísticos, que se enquadram dentro da 3ª categoria sugeridas por Hugues (1975).

A França, foco mundial da época, se atentou para as importâncias da preservação de seus patrimônios destruídos durante a Revolução Francesa. Com isso, o surgimento de cartas patrimoniais como Carta de Atenas (1931 e 1933) que surgiu tendo o objetivo formar regras de como cuidar das grandes cidades e como deve haver a preservação dos patrimônios históricos e dos bens arquitetônicos que se encontram em ruínas, devido à anos a arquitetura está acompanhando os movimentos modernos. A carta defende a preservação e a não demolição de edifícios antigos, defende que esses edifícios sejam reutilizados e que sejam realizadas manutenções com maior frequência do que ocorrem em edificações recentes.

A Carta de Veneza (1964) surgiu do II Congresso Internacional de Arquitetura e Técnicos em Monumentos Históricos de Veneza. O congresso, formado por especialistas, tinha como principal objetivo discutir sobre preservação e conservação de monumentos de sítios históricos. A carta soluciona sobre o que deve ser descartado ou preservado.

A Carta de Restauo (1972) divulgada em 6 de abril de 1972 pelo Ministério de Instrução Pública da Itália. A carta apresenta instruções estabelecidas para intervenções em obras de arte, de monumentos arquitetônicos a restauração de vestígios antigos, mesmo em pesquisas subterrâneas aquáticas.

Carta de Burra (1980) desenvolvida pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), tendo como objetivo conduzir as ações humanas sobre os patrimônios históricos e proteção de bens culturais.

Segundo Claudia Cunha (2010), apenas em 1980, vinte anos após a aprovação da Carta de Veneza, é que a seleção de bens a serem tombados no Brasil, passa a ter os critérios de valor histórico e de sítio urbano como propriedade.

Por tanto, para Cunha (2010) a passagem das décadas de 1980 a 1990 não trouxe redefinição teórico-conceitual que acabasse em novo método de intervenção, mas sim, uma confusão de ideias e conceitos contraditórios, tendo em vista a ampliação dos conceitos, como o de patrimônio cultural e o papel desse na sociedade contemporânea.

É válido mencionar, que na reforma da Constituição Federal em 1988, houve a ampliação do leque de bens que tem sua integridade protegida pelo estado, afirmando no artigo 216 que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 1988, art. 216, p. 20-21)

Migrando, segundo Claudia Cunha (2010), o discurso dos bens moveis e imóveis, que se formaram em patrimônio histórico e artístico nacional, para uma noção de patrimônio mais ampla, incluindo bens de natureza material e imaterial, aos quais a sociedade concede valor cultural.

Em 1997, em comemoração aos 60 anos de criação do IPHAN, “Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção”, seminário que ocorreu em Fortaleza, e teve como objetivo discutir e dar contribuição para a criação de instrumentos adequados para a proteção dos bens de natureza imaterial. Seminário este, que deu origem a Carta de Fortaleza, que indicava a criação de um instituto, sob coordenação do IPHAN, “com o objetivo de

desenvolver estudos necessários para propor a edição de instrumento legal, (...) voltado especialmente para a preservação de bens culturais de natureza imaterial” (Carta de Fortaleza, 1997, p. 364)

Sob o Decreto n. 3.551, de 04 de agosto de 2000, esse novo instituto jurídico foi criado, para o início efetivo do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, implementando assim, uma série de políticas que tornam operativo o texto da Constituição Federal de 1998, determinado no artigo 216 § 1º:

O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação” (Constituição federal, art. 216, § 1º, p. 20)

O decreto n. 3.551/2000, institui o Registro de Bens culturais de Natureza Imaterial, que para Cunha (2010), ao contrário do tombamento,

[...] esse não tem como finalidade a conservação física de um objeto, mas o reconhecimento e a valorização das diversas formas de manifestação cultural que constituem o patrimônio cultural brasileiro, tais como ritos, modos de fazer, produtos típicos, cânticos, ou ainda mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas (CUNHA, 2010, p.126)

## 2. Avaliação Pós Ocupação

Projetos arquitetônicos em sua maioria tem a usabilidade dirigida a pessoas. Para que tal forneça eficiência e qualidade, é preciso avaliar as condições que este apresenta a seus usuários, sendo analisada opiniões únicas e quantitativas, para maior compreensão desse ambiente.

A APO (Avaliação Pós Ocupação) – se trata de uma metodologia que busca compreender e diagnosticar o ambiente e suas condições, e se tal está atendendo as necessidades objetivas e subjetivas de seus usuários. Portanto, leva em consideração o comportamento humano dentro do ambiente de estudo.

Por isso, a APO apresenta técnicas multidisciplinares, por considerar os pontos de vista de especialista e usuários. Com isso, apresenta a desvantagem de possuir dados variados, por se tratar da relação do comportamento humano e o ambiente construído. (Ono, 2007)

### 2.1 METODOLOGIA

Nessa pesquisa foi indispensável o levantamento de dados sobre o patrimônio cultural carolinense, sua importância histórica e cultura. Por isso, foi utilizado o método de

pesquisa bibliográfica, devido ao fato de o tema ser bem explorado, além do mais, foi utilizado o método de pesquisa descritiva onde será descrito o processo de criação, o projeto implantado e os resultados que a implantação desse projeto de reforma trouxe para a cidade de Carolina/MA. Se fazendo necessário, para compreender e resguardar os acontecimentos durante todo o estudo realizado durante o desenvolvimento deste trabalho.

Com isso, o estudo dos procedentes deste ambiente buscou trazer repertório bibliográfico que registre as mudanças que esse patrimônio histórico sofreu e como essa mudança foi recepcionada por seus usuários. Trazendo relevância para o estudo de preservação e conservação de patrimônios históricos.

Sendo assim, para o desenvolvimento dessa pesquisa foram utilizadas diversas técnicas de pesquisa necessárias para obter os resultados esperados. Sendo essas: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de levantamento e entrevistas.

Pela pesquisa bibliográfica, foi feito o estudo por meio de bibliografias já existentes sobre o tema, bibliografias essas que incluem normas, leis, técnicas e cartas patrimoniais. A investigação de documentos oficiais e fotografias foi feita pela pesquisa documental, por ser uma intervenção histórica e cultural.

Levantamento feito in loco, com a conferência de medidas do objeto de estudo, além de levantamento fotográfico e entrevistas que foram realizadas por meio da coleta de dados com moradores e pessoas que tem contato direto com o objeto de estudo.

Com isso, foi possível perceber a importância da participação da comunidade na preservação e conservação do patrimônio histórico e cultural. A Praça Central é um espaço que pertence a todos os cidadãos e apresenta histórias de suas famílias nesse ambiente. Por isso, foram realizadas reuniões com moradores da região, comerciantes locais e representantes da associação de moradores para discutir ideias e sugestões de melhorias para a praça. A participação da comunidade foi fundamental para que essa pesquisa pudesse entender as necessidades e expectativas dos usuários.

Além disso, para auxiliar o método de entrevista foi utilizada a Avaliação Pós Ocupação (APO) ou Avaliação de Desempenho em Uso (ADU) que tem sua vertente apoiada no ambiente construído e o desempenho ambiental que este possui. Para Rosario Ono (2018), a APO tem o objetivo central o ambiente construído, esse estando sujeito as necessidades e satisfação dos seus usuários. Sendo um grupo de procedimentos metodológicos, que busca conferir, principalmente, o atendimento de necessidade dos usuários no decorrer do uso do ambiente construído.

Formulada a mais de 50 anos por Blachère (1996), a avaliação por desempenho do ambiente foi posteriormente utilizada para desenvolvimento da ISO 6241 (ISO, 1984), hoje ISO 19208 (ISO, 2016). Com foco em especial para a ISO 6241, que leva em consideração o desempenho do ambiente em relação ao seu uso, tendo o dever de atender às necessidades dos usuários (ONO et al., 2018).

## 2.2 APRESENTAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

Carolina-MA é uma cidade histórica que guarda consigo um rico patrimônio cultural e histórico. E um dos principais locais que retratam essa riqueza é a Praça Central, popularmente conhecida como Canteiro Central. Localizada em uma das principais avenidas do município, a Avenida Getúlio Vargas, a praça está inserida na área tombada pelo IPHAN-MA desde 1993, o que reforça ainda mais a importância histórica do local. A região ao redor da praça é composta por edifícios emblemáticos, como a Catedral de São Pedro de Alcântara, a Prefeitura Municipal de Carolina e o Museu Histórico de Carolina, além de diversas pousadas que recebem turistas em busca de conhecer a história e a cultura do lugar. Nesse contexto, a Praça Central se torna um ponto de encontro e de convivência, que merece ser preservado e valorizado.



**Figura 2:** Localização da Praça Central no Google Earth

**Fonte:** Os autores a partir do Google Earth(2023)

A praça recentemente passou por uma reforma, no ano de 2022, que trouxe algumas alterações para o seu layout e conceito arquitetônico. Mesmo com boa avaliação pelos seus usuários, por visitas técnicas foi possível perceber que o patrimônio histórico perdeu suas características e com isso deixou de fazer parte da paisagem histórica que o Centro de Carolina possui. Por se trata de uma cidade histórica, Carolina mesmo sendo conhecida por seus



pontos turísticos como Chapada das Mesas, possui em seu patrimonio partes do patrimonio histórico que se passou no Sul do Maranhão.

Em setembro de 2021, a praça sofreu uma modernização no seu conceito e alterações no seu mobiliário urbano. Por meio de pesquisas foi possível adquirir as plantas do projeto proposto, e com isso, foi analisado todos os pontos da reforma, desde de caminhos, até mobiliário urbano que foram adicionados na praça.

Entretanto, foi perceptível por visitas de campo mudanças na execução da planta original.

Antes a praça se encontrava sem reformas perceptíveis desde de seu surgimento na década de 60. Possuía a clássica arquitetura colonial. Porém não era um local convidativo. Com a falta de manutenções periódicas, a ausência de iluminação, ausências de equipamento e mobiliário urbano de qualidade, o local se tornava ainda menos atrativo.

1.



Figura 3: Vista da Av. Getúlio Vargas, década de 80  
Museu de História de Carolina (2022)

2.



Figura 4: Vista da Praça dos Namorados, década de 80  
Museu de História de Carolina (2022)

3.



Figura 5: Vista Inferior Externa  
Fonte: Prefeitura de Carolina (2021)

4.



Figura 6: Vista 2 Inferior Externa  
Fonte: Prefeitura de Carolina (2021)

5.



Figura 7: Vista Lateral Inferior  
Fonte: Prefeitura de Carolina (2021)

6.



Figura 8: Vista Superior Lateral  
Fonte: Prefeitura de Carolina (2021)

## 2.3 MAPEAMENTOS

### 3. Mapa de Acesso e Vias

A Praça Central (Canteiro Central) tem acesso por diversas avenidas, como avenida Elias Barros e Avenida Quinze de novembro, sentido Beira Rio, sendo a Avenida Getúlio Vargas a principal, lateral direita e esquerda. Tendo fluxos determinados pela época do ano, sendo de maior movimentação durante os meses de veraneio que se estendem de março - novembro.

940



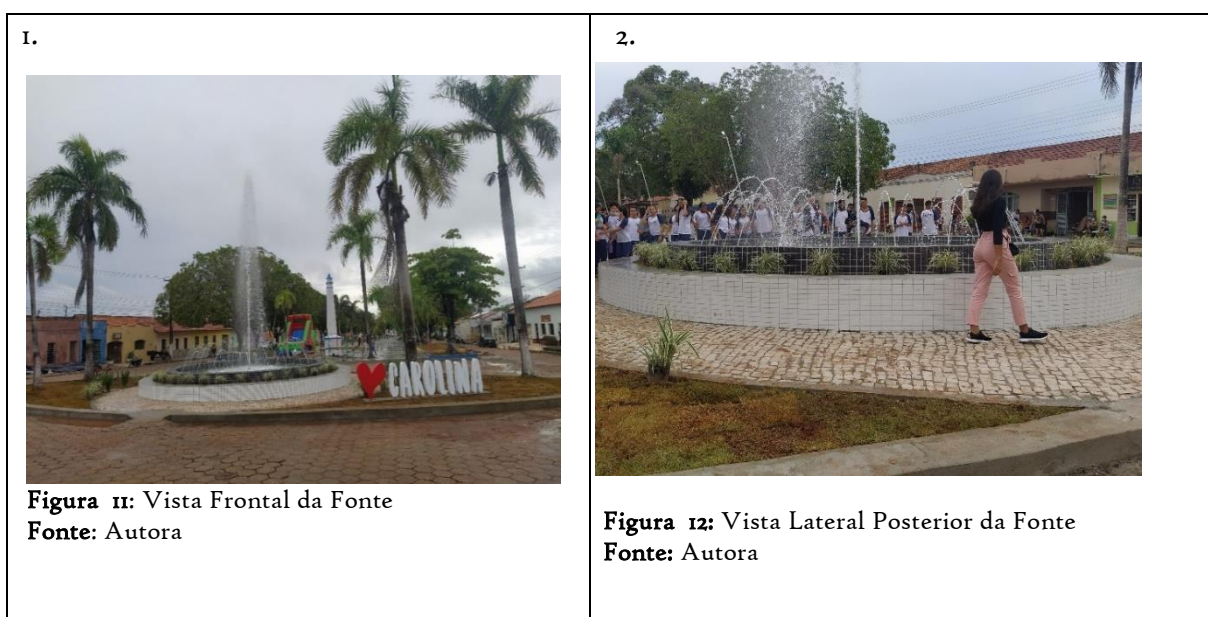
**Figura 9:** Localização Praça Central  
**Fonte:** Os autores a partir do Google Maps (2022)

### 3.1 Mapa de Visadas

As vistas a seguir demonstram parte da experiência dos usuários desse ambiente. São pontos de vista para exemplificar melhor o uso e a paisagem que a praça possui, e como essa se correlaciona com seu entorno.



**Figura 10:** Praça Central vista de satélite  
**Fonte:** Os autores a partir do Google Earth (2023)



3.



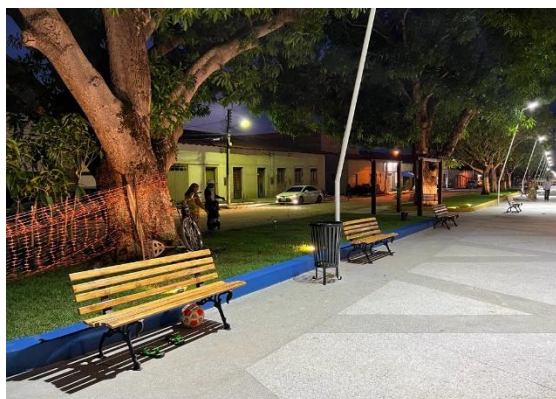
**Figura 13:** Monumento O Martyr: Tiradentes  
Pós Reforma  
**Fonte:** Prefeitura de Carolina (2022)

4.



**Figura 14:** Vista Central Noturna  
**Fonte:** Fabiano Maciel (2022)

5.



**Figura 15:** Mobiliário Urbano  
**Fonte:** Fabiano Maciel (2022)

6.



**Figura 16:** Vista Central Diurna  
**Fonte:** Fabiano Maciel (2022)

### 3.2 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para maior compreensão de como ocorreu as melhorias dessa reforma na Praça Central, foi necessário aplicação de um questionário avaliando a praça a respeito de diversos fatores, tendo questões com múltipla escolha para levantar melhor os aspectos pela visão dos usuários. O questionário possui 11 questões que avaliam critérios que a praça possui.

QUADRO DE DIAGNÓSTICO DA PRAÇA CENTRAL DEPOIS DA REFORMA							
ITEM	CRITERIOS AVALIADO	QUALIFICAÇÃO DO USUARIO					
		OTIMO	BOM	REGULAR	PRECARIO	PESSIMO	
c r i t e r i o s  a v a l i a d o s	1	Acessos	60%	40%	0%	0%	0%
	2	Estacionamento	40%	33%	20%	0%	7%
	3	Mobiliário urbano	60%	27%	6%	7%	0%
	4	Arborização	67%	27%	6%	0%	0%
	5	Conforto termico	53%	27%	20%	0%	0%
	6	Iluminação	73%	14%	13%	0%	0%
	7	Acustica	54%	33%	13%	0%	0%
	8	Passeio publico	67%	27%	6%	0%	0%
	9	Sinalização	46%	27%	27%	0%	0%
	10	Segurança	53%	7%	33%	0%	7%
	11	Espaço para eventos	53%	33%	7%	7%	0%

**Figura 17:** Tabela de Resultados

**Fonte:** Os autores (2023).

Segundo os usuários entrevistados, a praça atende seus critérios básicos e sociais. A avaliação em si foi positiva, recebendo avaliação “ótima” para todos os critérios avaliados pelos usuários.

Também foi aberto espaço para comentários gerais acerca do ambiente em estudo. Alguns usuários pontuaram a importância de equipamentos para diferentes faixas etárias, para maior lazer dos seus usuários. Além disso, 53,3% dos usuários entrevistados moram no bairro em que a praça está localizada, tendo assim um contato diário com este ambiente.

Além disso, alguns usuários reforçaram a importância de manutenções e conservação periódicas no ambiente que passou por reforma e deixaram seus desejos para que intervenções urbanas ocorram em mais patrimônios históricos e culturais dentro do município. Reforçado assim a ausência dos órgãos de proteção ao patrimonio histórico do estado.

Por isso, em geral, a reforma, para os usuários, ocorreu de forma positiva, tornando o ambiente mais convidativo para os cidadãos de Carolina e os turistas que frequentam a cidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da Análise Pós-Ocupação (APO), foi viável constatar o rendimento da renovação feita na Praça Central após a implementação do projeto. Por conseguinte, a

apreciação dos elementos urbanos e as impressões físicas experimentadas pelos frequentadores desse ambiente foram submetidas a uma análise minuciosa.

A partir da análise dos dados colhidos, é possível afirmar que a reforma proporcionou contentamento aos usuários desse espaço. Esse ambiente traz consigo uma história rica de famílias e personalidades que contribuíram para o desenvolvimento de Carolina, uma cidade turística importante da região sudoeste do Maranhão.

Logo, podemos concluir que o objetivo principal do projeto, que era fomentar a socialização com o ambiente, foi alcançado. Entretanto, através de uma análise técnica, também é possível perceber que o ambiente precisa de atenção para aspectos urbanos, como a acessibilidade para pessoas com deficiência física. Dessa forma, foram instaladas rampas PCD, como previsto no projeto, que auxiliam o acesso de cadeiras de rodas ao interior da praça, no entanto, o seu número é insuficiente para o perímetro e tamanho da praça, e suas dimensões não seguem as normas estabelecidas por lei.

O mobiliário urbano presente na praça não está adequado à arquitetura do entorno, que é colonial. Os itens deveriam seguir a mesma concepção para se integrar de forma mais homogênea ao ambiente urbano. Itens como os pergolados não possuem uma função específica na praça, e são integrados de uma forma que não se adequa à arquitetura do entorno.

A iluminação da praça aumentou a segurança, iluminando o ambiente de forma mais eficiente, no entanto, as luminárias com globos atraem mosquitos ao anoitecer, causando desconforto aos usuários. As lâmpadas utilizadas nos postes dos canteiros laterais possuem uma cor fria, o que causa desconforto visual, pois convergem com as cores das lâmpadas dos globos centralizados na praça.

Dessa forma, em se tratando de um espaço público, elementos como os mencionados acima são de extrema importância. Sugere-se, portanto, para uma intervenção futura nesse ambiente, a instalação de um número maior de rampas PCD, seguindo as medidas exigidas pelas normas, a substituição das lâmpadas quentes por lâmpadas frias e a integração de mobiliário urbano que esteja mais conectado ao conceito arquitetônico presente ao redor da praça.

Por fim, é possível concluir que, mesmo tendo uma boa avaliação pelos usuários, a reforma, que foi proposta como restauro, não foi executada corretamente em sua essência. Isso acarretou na perda do patrimônio histórico e, além disso, em uma perda para a história da Avenida Getúlio Vargas.

## REFERÊNCIAS

- BOITO, C. **Os Restauradores**. Tradução de Beatriz Mugayar; Paulo Mugayar. Cotia: Atelier Editorial, 2002.
- BRANDI, C. **Teoria del restauro**. Torino: Giulio Einaudi editore s.p.a., 1977.
- BRANDI, C. **Teoria da Restauração**. Tradução de Beatriz Muyagar KUHL. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.
- CARTAS Patrimoniais. 2<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro : IPHAN , 2000.
- COELHO, C. O PROJETO DE INTERVENÇÃO EM BENS CULTURAIS IMÓVEIS ARQUITETÔNICOS E URBANOS. In: BRAGA, M. et al. **CONSERVAÇÃO E RESTAURO Arquitetura**. Rio de Janeiro : Editora Rio, 2003., p. 13-26.
- COLETÂNEA de leis sobre Preservação e Patrimônio.. Rio de Janeiro : IPHAN, 2006.
- COSTA, D. R. M. **Aspectos críticos em obras de restauração arquitetônica no Estado**: a experiência do arquiteto Edgar Bittencourt da Luz. Porto Alegre: TCC (Mestrado Profissionalizante em Engenharia), 2005.
- CRUZ, R. D. O. **“MEMORIAL DA FRONTEIRA”**: O MUSEU HISTÓRICO DE CAROLINA E O CENÁRIO SOCIAL CAROLINENSE. Tocantinópolis: Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins - Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Ciências Sociais, 2019.
- CUNHA, C. R. E. **Restauração**: diálogo entre teoria e prática no brasil nas experiências do IPHAN. São Paulo : FAUUSP, 2010.
- IBGE. Cidade e Estados - Carolina. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ma/carolina.html>. Acesso em: 30 maio 2022.
- KUHL, B. M. **Arquitetura de ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo**: reflexões sobre sua preservação. São Paulo: Ateliê Editorial , 1998.
- KUHL, B. M. Cesare brandi e a teoria da restauração. **Pós. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP**, p. 197-211, 2007.
- LEMOS, C. A. C. **O que é patrimonio histórico**. São Paulo: Editora Brasiliense s.a., 2000.
- MARX, M. **Cidade brasileira**. São Paulo: Ed. Melhoramentos, 1980.
- ONO, R. *et al.* **Avaliação pós-ocupação**: na arquitetura, no urbanismo e no design. São Paulo: Oficina de Textos, 2018.
- ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras = Public Squares in Brazil**. 3<sup>a</sup>. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.
- SILVA, G. M. D.. *et al.* AVALIAÇÃO PÓS-OCUPACIONAL (APO) DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS: UM ESTUDO DE CASO DA PRAÇA FLORIANO PEIXOTO EM IMPERATRIZ /MA. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 10, p. 1593-1613, 2022. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/7260>.
- SILVA, O. B. D. **História de Carolina**. Brasília: [Editora Não Identificada], 2015.

SILVIA, F. M. **Restauo do casarão da rua Coronel Manoel Bandeira e criação do museu da história de Imperatriz:** Jonas Ribeiro Soares. Imperatriz: Monografia (Graduação) – Curso de Arquitetura e Urbanismo. Universidade CEUMA, 2021.

VIÑAS, S. M. **Teoria contemporânea da Restauração.** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2021.